

Hortolândia registra terceiro maior eleitorado entre cidades da região



Hortolândia já possui contingente de eleitores superior ao de municípios mais antigos da região

Município chega às Eleições deste ano com 164.236 eleitores, terceiro maior contingente regional; mulheres representam 53,28% do eleitorado e mais de quatro em cada dez votantes concluíram ensino médio na cidade

Mesmo sendo a cidade mais jovem entre os municípios da região, Hortolândia chega às Eleições 2026 com peso cada vez maior nas urnas. O município reúne 164.236 eleitores e já possui o terceiro maior colégio eleitoral da área analisada. A cidade fica atrás somente de Sumaré, com 199.745 votantes, e Americana, que contabiliza 180.962. As mulheres são maioria e representam 53,28% das pessoas aptas a votar em Hortolândia. **PÁGINA 07**

Nova Odessa busca R\$ 60 mi para obras de infraestrutura na cidade

Proposta enviada pelo prefeito Leitinho à Câmara permite financiamento com Desenvolve SP para asfalto, compra de máquinas, revitalização do Bosque Isidoro Bordon e modernização de Parque Tecnológico no município **PÁGINA 04**

DIFERENÇA EXPRESSIVA



Sumaré recebeu o equivalente a apenas R\$ 21,89 por morador em emendas parlamentares federais efetivamente pagas até julho deste ano. O índice coloca o município na menor posição entre cidades da região analisadas no levantamento e expõe uma diferença expressiva na entrada de recursos enviados por deputados e bancadas do Congresso Nacional. **PÁGINA 03**

VULNERABILIDADE SOCIAL



Pacientes internados no Hospital Municipal Dr. Waldemar Tebaldi, em Americana, que estejam em situação de vulnerabilidade social passaram a contar com atendimento do Cadastro Único dentro da própria unidade hospitalar. A iniciativa permite que o cadastramento ou a atualização das informações sejam feitos diretamente no leito. **PÁGINA 05**

LONGO PRAZO

Governo de Paulínia vai projetar cidade até 2037

PÁGINA 06

INDEPENDENTE

Roteiro de Hortolândia vence CristaLab e ganha projeção no cinema **PÁGINA 09**

CHARGE



QUALIDADE

Monte Mor forma professores na FGV para alfabetização

PÁGINA 08

TEMOS
VAGAS!
DE EMPREGO

Buscando novas oportunidades?
Confira na **página 04** mais de
vinte vagas em aberto!

AE 50
GRUPO
A EXECUTIVA
DESDE 1974

Sumaré recebe somente R\$ 21,89 por morador em emendas federais em 2026

No total, chegaram aos cofres do município R\$ 6,4 milhões em recursos efetivamente pagos pela União até julho; valor por habitante é menor entre as cidades da região e fica muito abaixo dos R\$ 82,33 registrados em Hortolândia

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Sumaré recebeu o equivalente a apenas R\$ 21,89 por morador em emendas parlamentares federais efetivamente pagas até julho deste ano. O índice coloca o município na menor posição entre as cidades da região analisadas no levantamento e expõe uma diferença expressiva na entrada de recursos enviados por deputados e bancadas do Congresso Nacional.

Ao todo, R\$ 6,4 milhões chegaram aos cofres públicos de Sumaré por meio de emendas individuais e coletivas no período. O valor absoluto já fica abaixo do registrado por municípios vizinhos, mas a distância aumenta quando o montante é dividido pelo número de habitantes.

A comparação mais significativa ocorre com Hortolândia. Mesmo com população próxima à de Sumaré, o município recebeu R\$ 20,6 milhões em emendas federais pagas até julho, alcançando R\$ 82,33 por habitante.

Na prática, Hortolândia recebeu quase quatro vezes mais recursos por morador do que Sumaré no mesmo intervalo.

O levantamento foi elaborado a partir dos pagamentos registrados na plataforma Solon e das esti-



Sumaré recebeu R\$ 6,4 milhões em emendas federais pagas até julho de 2026

mativas populacionais mais recentes do IBGE. Foram considerados apenas valores já liberados pela União, deixando de fora emendas anunciadas, indicadas ou previstas que ainda não haviam sido efetivamente pagas.

Esse recorte permite medir de forma mais precisa quanto dinheiro federal realmente chegou às cida-

des durante os primeiros sete meses de 2026.

Em Hortolândia, dos R\$ 20,6 milhões contabilizados, R\$ 11,7 milhões tiveram origem em emendas coletivas e R\$ 8,9 milhões vieram de emendas individuais. O resultado colocou o município na liderança tanto no volume total quanto no cálculo proporcional por habitante.

Já Sumaré aparece no sentido oposto. Com R\$ 6,4 milhões recebidos e uma das maiores populações da região, o município termina penalizado no cálculo per capita, justamente porque o recurso disponível precisa ser dividido por uma base populacional maior.

O dado ganha ainda mais importância porque

Sumaré é um dos municípios mais populosos da Região Metropolitana de Campinas e concentra demandas elevadas em áreas como saúde, educação, infraestrutura, assistência social e mobilidade.

Emendas parlamentares são uma das principais formas usadas por deputados federais, senadores e bancadas para direcio-

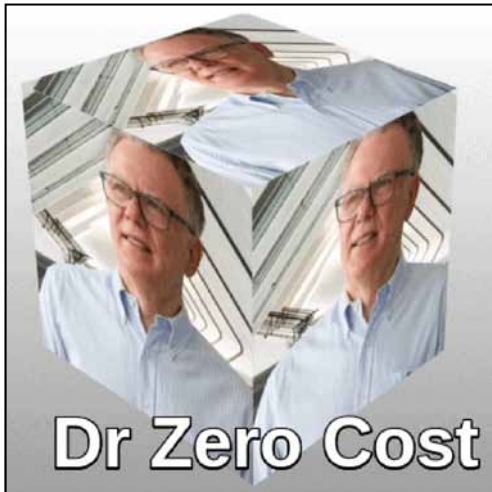
nar recursos diretamente aos municípios. Esses valores podem financiar obras, compra de equipamentos, custeio de serviços e investimentos em diferentes políticas públicas.

Por isso, além do tamanho da população, a capacidade de articulação política com representantes em Brasília costuma ter peso na chegada desses recursos.

O período analisado termina em julho e também alcança o início das restrições previstas pela legislação eleitoral. Desde 4 de julho, determinadas transferências voluntárias ficam sujeitas a limitações durante o calendário das eleições, com exceções previstas na legislação.

A diferença entre Sumaré e Hortolândia coloca o debate sobre representação política regional também no centro das eleições de 2026. Com uma grande população e peso eleitoral relevante, Sumaré tem interesse direto na eleição de deputados federais com ligação com o município e capacidade de destinar recursos ao longo do mandato.

Mais do que observar apenas o valor total recebido, o cálculo por habitante mostra o tamanho da distância. Enquanto Hortolândia ultrapassou R\$ 80 por morador em emendas federais pagas até julho, Sumaré ficou abaixo de R\$ 22.



Reduzindo custos das pequenas e médias empresas

Email: drzerocost@gmail.com
Blog: www.drzerocost.com.br

Da porteira para fora (486)

O que o sabiá tem a dizer?

Richard Feynman, um dos maiores físicos do século XX, contava uma história da infância. Brincando com um amigo, ouviu o garoto apontar um pássaro e dizer o nome dele — e provocar: “seu pai não te ensina nada?”. Mas o pai de Feynman havia ensinado justamente o contrário. Certa vez, apontando uma ave, disse ao filho: você pode aprender o nome desse pássaro em todas as línguas do mundo e, no fim, não saberá absolutamente nada sobre ele — saberá apenas como os homens o chamam. Então vamos olhar o pássaro e ver o que ele faz. Existe uma diferença, dizia o pai, entre saber o nome de uma coisa e conhecer uma coisa.

Lembrei dessa história num fim de tarde de um sábado aparentemente cotidiano. Tudo começou de maneira despretensiosa. Um sabiá apareceu no quintal de um amigo, pousou numa bananeira e começou a cantar. Esse amigo gra-

vou. Outro identificou: sabiá-laranjeira. E, como acontece frequentemente em conversas entre velhos amigos, um assunto puxou outro. De repente, estávamos falando de pássaros, árvores, cidades e, quase sem perceber, chegamos à vulnerabilidade social.

Quando pensamos em vulnerabilidade, normalmente lembramos de renda, educação, saúde, desemprego, moradia e acesso aos serviços públicos. Tudo isso é correto. Mas talvez esteja faltando uma dimensão: o território onde as pessoas vivem.

Não é indiferente morar em uma rua arborizada ou em outra praticamente sem árvores. Não é indiferente caminhar sob sombra ou enfrentar temperaturas muito mais altas, provocadas pela impermeabilização do solo e pela ausência de vegetação. Tampouco é indiferente ter perto de casa uma praça, um

parque, ou apenas concreto. A vulnerabilidade, portanto, também possui uma dimensão ambiental.

É justamente aí que entram iniciativas como os chamados micro maciços arbóreos — pequenas concentrações de árvores e vegetação implantadas em áreas urbanas. À primeira vista, alguém poderia considerá-las apenas projetos paisagísticos. Mas elas podem representar muito mais. Árvores significam sombra. Ajudam a reduzir a temperatura local, retêm parte da água das chuvas, melhoram o microclima e criam alimento e abrigo para diferentes formas de vida.

E então o sabiá volta à conversa.

O sabiá-laranjeira é presença conhecida em jardins, parques e áreas arborizadas. Alimenta-se também de frutos e participa da dispersão de sementes. Sua presença não pode, isoladamente, ser transformada em um indicador científico de qualidade ambiental — seria uma simplificação excessiva. Mas ele pode funcionar como uma espécie de sentinela urbana, especialmente para comunicar algo que os números, às vezes, têm dificuldade de mostrar.

Se uma área degradada recebe árvores, vegetação e melhores condições ambientais e, algum tempo depois, aves começam a aparecer com maior frequência, alguma transformação está ocorrendo naquele território.

E aqui a lição do pai de Feynman reaparece. Podemos saber o nome do sabiá em todas as línguas e, ainda assim, não saber nada sobre o que ele nos diz. O que importa não é o rótulo na tabela — é o que a presença dele revela sobre o lugar onde a vida acontece.

Imagine, então, olhar a cidade por uma lente *fish eye*. Além de renda, es-

colaridade, idade e condições sociais, poderíamos observar cobertura arbórea, temperatura de superfície, impermeabilização, distância entre áreas verdes, existência de parques e, registros de fauna urbana.

A pergunta passaria a ser não apenas: onde estão as pessoas em situação de vulnerabilidade? Mas também: em que ambiente essas pessoas vivem? E depois uma terceira pergunta, talvez ainda mais importante: o território melhorou depois da intervenção pública?

Poderíamos descobrir, por exemplo, se os bairros socialmente mais vulneráveis também possuem menor arborização, temperaturas mais elevadas e menor acesso a áreas verdes. E poderíamos acompanhar se micro maciços arbóreos, jardins de chuva, parques e corredores verdes modificam essa realidade ao longo do tempo. Em vez de medir somente quantas árvores foram plantadas, mediríamos também a sobrevivência das mudas, o crescimento da cobertura vegetal, a temperatura, a infiltração da água — e até a ocorrência de aves.

O interessante é que o sabiá possui uma vantagem que nenhum índice estatístico consegue ter: as pessoas sabem quando ele chegou. Elas ouvem.

Talvez o sabiá-laranjeira nunca apareça formalmente em uma tabela de vulnerabilidade. Mas, quando volta a cantar onde antes predominavam calor, concreto e pouca sombra, pode estar nos lembrando de algo que nenhum nome, em nenhuma língua, ensina: desenvolver uma cidade também é melhorar o lugar onde a vida acontece.

E pensar que tudo começou com alguns amigos discutindo o canto de um passarinho. Bom sabiá a todos.

INFRAESTRUTURA

Leitinho pede autorização da Câmara para empréstimo de até R\$ 60 milhões

Projeto em tramitação permite a Prefeitura de Nova Odessa contratar financiamento com a Desenvolve SP para asfalto, recapeamento, compra de máquinas, revitalização do Bosque Isidoro Bordon e modernização de Parque Tecnológico



Projeto de Leitinho prevê até R\$ 60 milhões em financiamento para Nova Odessa

Paulo Medina • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O prefeito de Nova Odessa, Cláudio José Schooder, o Leitinho (PSD), encaminhou à Câmara Municipal projeto de lei que pede autorização para a Prefeitura contratar uma operação de crédito de até R\$ 60 milhões junto à Desenvolve SP, Agência de Fomento do Estado de São Paulo. Os recursos seriam destinados a cinco frentes de investimento em infraestrutura, equipamentos e espaços públicos da cidade.

A proposta tramita no Legislativo pelo Projeto de Lei nº 64/2026. No texto encaminhado aos vereadores, o Executivo aponta que metade do financiamento, R\$ 30 milhões, deverá ser direcionada ao asfaltamento da Avenida Brasil com a Eduardo Karklis.

Outros R\$ 15 milhões estão previstos para o recapeamento de vias municipais. Somadas, as duas ações relacionadas à malha viária concentram R\$ 45 milhões, o equivalente a 75% do valor total que poderá ser contratado.

A Prefeitura também projeta R\$ 5 milhões para a compra de máquinas pesadas, caminhões e trato-

res destinados à renovação da frota municipal. Outros R\$ 5 milhões seriam aplicados na revitalização do Bosque Isidoro Bordon e mais R\$ 5 milhões na modernização do Parque Tecnológico Municipal.

Segundo o governo, a divisão dos R\$ 60 milhões é estimativa. A administração poderá ajustar os valores entre as ações durante a execução, desde que respeite o limite global do financiamento e mantenha a aplicação nas finalidades previstas no projeto.

FINANCIAMENTO AINDA DEPENDE DE ETAPAS

A aprovação do projeto pela Câmara não representa, por si só, a contratação imediata dos R\$ 60 milhões. A proposta concede autorização legal para que o Executivo avance na operação de crédito com a Desenvolve SP.

O próprio documento estabelece que a relação entre custo e benefício, a capacidade de pagamento do município e as condições financeiras da operação deverão constar de pareceres técnico e jurídico que instruirão o pedido apresentado à instituição financeira.

O projeto também prevê que os recursos obtidos se-

jam incorporados ao orçamento municipal ou a créditos adicionais. As futuras peças orçamentárias deverão reservar dotações suficientes para o pagamento das amortizações e dos encargos anuais decorrentes do financiamento.

Para garantir o pagamento do principal, dos juros e demais encargos, o Executivo solicita autorização para vincular receitas pertencentes ao município previstas na Constituição Federal, além de outras que eventualmente venham a substituí-las, nos termos definidos pela legislação.

Na justificativa encaminhada ao Legislativo, a administração afirma que os recursos permitirão executar investimentos considerados estruturantes e sustenta que a proposta foi submetida previamente à análise jurídica dos órgãos municipais.

Caso seja aprovado pelos vereadores e posteriormente sancionado, o projeto dará ao prefeito autorização para contratar o financiamento até o teto de R\$ 60 milhões e também para abrir os créditos adicionais necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da operação.

EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Seminário reúne gestores e discute estratégias para alfabetização em Sumaré

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Secretaria Municipal de Educação de Sumaré realizou, nesta semana, o Seminário de Alfabetização. O encontro reuniu gestores da rede municipal para um momento de formação, análise de resultados e planejamento de estratégias voltadas à garantia da aprendizagem dos estudantes. O encontro teve como foco a importância da atuação integrada de toda

a rede para assegurar que as crianças sejam alfabetizadas na etapa adequada, com acompanhamento sistemático e ações que considerem as necessidades identificadas em cada unidade escolar.

Durante o seminário, também foi apresentado o trabalho formativo desenvolvido com professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com ênfase no processo de alfabetização.

Outro destaque do encontro foi a apresentação

dos dados estatísticos do IDEB e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) da rede municipal de Sumaré. A análise contemplou os avanços registrados, os desafios identificados e os aspectos que demandam atenção, reforçando a necessidade de que as escolas estabeleçam estratégias de curto, médio e longo prazo para potencializar os esforços e promover avanços nos resultados educacionais.

Para o secretário municipal de Educação, Lucas Gomes, o acompanhamento dos indicadores deve estar diretamente relacionado ao trabalho desenvolvido no cotidiano das escolas. “Precisamos compreender o que esses resultados nos mostram sobre a aprendizagem dos nossos estudantes e, a partir disso, fortalecer as ações pedagógicas”, afirmou.

No período da tarde, os supervisores da rede participaram de uma formação conduzida pela equipe do Centro de Formação dos Profissionais em Educação Municipal (CEFEMS), com foco na análise de avaliações educacionais. O objetivo foi ampliar a instrumentalização técnica dos profissionais.



TEMOS
VAGAS!
DE EMPREGO



GRUPO
A EXECUTIVA
DESDE 1974



AJUDANTE DE PRODUÇÃO (10 VAGAS)
Não exigimos experiência. Contratamos carteira branca. Residir em Sumaré, Nova Odessa ou Americana.

AJUDANTE DE CORTE

AJUDANTE DE EXPEDIÇÃO

AJ. DE HIGIENIZAÇÃO (PCD)

AJUDANTE DE INSTALADOR

AJUDANTE DE MOTORISTA

AJUDANTE DE PRODUÇÃO

AJUDANTE GERAL

ASSISTENTE DE COMPRAS

ASSIST. DE DEPTO. PESSOAL

AUXILIAR DE ESTOQUE

AUXILIAR DE EXPEDIÇÃO

AUXILIAR DE LIMPEZA

BALCONISTA

CONFERENTE

CONSULTOR(A) DE VENDAS

ESTOQUISTA

OPERADOR DE MÁQUINAS

REPOSITOR

SEPARADOR

TECELÃO DE FITAS

TÉCNICO EM ELETRÔNICA

VENDEDOR(A) DE LOJA

Envie currículo para: vagas@aexecutiva.com.br
ou acesse nosso site www.aexecutiva.com.br

NOSSAS
SOLUÇÕES



- Trabalho Temporário
- Terceirização de Serviços
- Recursos Humanos





Matriz
Rua 1º de Janeiro, 306 ° Centro - Nova Odessa/SP



(19) 3476.8620



A AEAS trabalhando com os pilares da



EDUCAÇÃO



TECNOLOGIA



E INOVAÇÃO







PARA TRANSFORMAR
NOSSA CIDADE E CONSTRUIR
UM FUTURO MELHOR

Americana leva Cadastro Único até os leitos de pacientes internados no HM

Parceria entre Hospital Municipal e Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos possibilita cadastrar ou atualizar dados de pacientes em situação de vulnerabilidade social sem necessidade de deslocamento durante período de internação

Paulo Medina • AMERICANA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Pacientes internados no Hospital Municipal Dr. Waldemar Tebaldi, em Americana, que estejam em situação de vulnerabilidade social passaram a contar com atendimento do Cadastro Único dentro da própria unidade hospitalar. A iniciativa permite que o cadastramento ou a atualização das informações sejam feitos diretamente no leito.

O trabalho é realizado em conjunto pelo Serviço Social do HM e pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. A proposta é alcançar pacientes que, por causa do estado de saúde ou das condições sociais, teriam dificuldade para procurar presencialmente um ponto de atendimento.

A necessidade é identificada durante as visitas realizadas pelos assistentes sociais aos pacientes internados. Quando a equipe constata uma situação de extrema vulnerabilidade e verifica que o paciente precisa ingressar no Cadastro Único ou atualizar as informações, o serviço municipal é acionado.

Uma equipe responsável pelo cadastro se desloca até o Hospital Municipal e realiza o procedimento ainda durante a internação.

Segundo a assistente social Lucineide Silva, que



Cadastro Único passa a atender pacientes vulneráveis diretamente nos leitos do HM

também atua no setor de Cadastro Único, a medida atende especialmente pessoas que encontram maiores barreiras para acessar os serviços públicos.

“O Cadastro Único é uma porta de acesso a diferentes programas e benefícios sociais, tanto do município quanto do Governo Federal. Quando identificamos uma pessoa em situação de extrema vulnerabilidade que está internada e precisa fazer o cadastro ou atualizar seus dados, nossa equipe pode ir até o hospital para realizar esse atendimento”, explicou.

Ela destacou que pessoas em situação de rua estão en-

tre aquelas que podem ser beneficiadas pela iniciativa.

“Muitas vezes, são pessoas em situação de rua ou que teriam dificuldade para se deslocar até o serviço. Fazer o cadastro no próprio hospital facilita esse processo e permite que o paciente tenha esse encaminhamento enquanto ainda está internado”, completou.

O Cadastro Único reúne informações socioeconômicas de famílias de baixa renda e é utilizado pelo poder público para identificar possíveis beneficiários de diferentes políticas sociais.

Entre os programas que utilizam os dados estão o Bolsa Família e o Bene-

fício de Prestação Continuada, o BPC, destinado a idosos e pessoas com deficiência que cumpram os requisitos estabelecidos pela legislação.

A inclusão no Cadastro Único, porém, não garante automaticamente o recebimento de um benefício. Cada programa possui critérios próprios e analisa posteriormente as informações apresentadas pelo usuário.

A coordenadora do Serviço Social do HM, Cristiana Freitas, explicou que o acompanhamento realizado no hospital também busca identificar dificuldades que podem afetar a vida do paciente depois da alta.

“O Serviço Social atua na perspectiva do cuidado integral, buscando compreender o paciente para além de sua condição clínica. Durante as visitas aos leitos, nossa equipe procura identificar situações de vulnerabilidade social, ausência de acesso a direitos, fragilização de vínculos e outras demandas que possam impactar diretamente a continuidade do cuidado após a alta hospitalar”, afirmou.

Segundo Cristiana, o atendimento dentro do hospital também fortalece a ligação entre as áreas de Saúde e Assistência Social. “Levar o atendimento até o leito significa garan-

tir acesso, fortalecer a rede de proteção social e, principalmente, reconhecer que o direito à saúde está diretamente relacionado às condições sociais em que a pessoa vive”, disse.

A secretária municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Juliani Hellen Munhoz Fernandes, afirmou que a medida evita que a dificuldade de locomoção impeça pacientes de terem acesso aos serviços disponíveis.

“A partir da identificação, pelo Hospital Municipal, de pacientes internados em situação de vulnerabilidade, a equipe do Cadastro Único é acionada para realizar o atendimento no próprio hospital, evitando que a condição de saúde ou a impossibilidade de deslocamento seja uma barreira para o acesso aos seus direitos”, afirmou.

Para o diretor-geral do Hospital Municipal, Ruy Santos, a integração permite que o atendimento considere também a realidade social do paciente e de sua família.

“Em situações de vulnerabilidade, o acesso a um benefício ou a um serviço social pode fazer diferença na vida do paciente e de sua família. Essa parceria permite que o Hospital Municipal reconheça essas necessidades durante a internação e articule o atendimento com a rede de assistência”, destacou.



Tribuna Legal

Andressa Martins

É proprietária e fundadora do escritório Andressa Martins Advocacia, em Sumaré/SP. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica - PUC de Campinas, desde 2006, atua como advogada há mais de 17 anos. Atualmente é Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social pela OAB Sumaré.

andressa@andressamartins.adv.br | @andressamartinsadvocacia
End.: Rua Ipiranga, 234, Centro, Sumaré / SP
Fone (19) 3873-5839 / 99177-2504

STJ define que seguro-desemprego não interrompe contagem do período de graça

Decisão afeta a análise da qualidade de segurado e pode impactar pedidos de pensão por morte e benefícios por incapacidade

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o recebimento do seguro-desemprego não prolonga o período de graça do segurado do INSS. Segundo o entendimento, a contagem começa a partir da cessação das contribuições previdenciárias, e não do recebimento da última parcela do seguro-desemprego.

O entendimento foi firmado no REsp 2.275.777, em julgamento relatado pelo ministro Teodoro Silva Santos.

COMO FUNCIONA O PERÍODO DE GRAÇA?

O período de graça permite que o trabalhador mantenha a qualidade de segurado do INSS mesmo sem realizar novas contribuições.

Em regra, a proteção permanece por 12 meses após a interrupção das contribuições. Em determinadas situações, esse prazo pode ser ampliado para 24 meses e, comprovado o desemprego involuntário, pode chegar a 36 meses.

SEGURO-DESEMPREGO NÃO ALTERA O INÍCIO DA CONTAGEM

No caso analisado pelo STJ, a segurada realizou sua última contribuição em janeiro de 2013 e recebeu a última parcela do seguro-desemprego em julho daquele ano. Ela faleceu em junho de 2015.

O companheiro defendia que o período de graça deveria começar somente depois do encerramento do seguro-desemprego. A tese, porém, não foi acolhida.

Para o tribunal, o seguro-desemprego não possui natureza de contribuição previdenciária. O benefício pode servir como elemento para comprovar a situação de desemprego e, conforme o caso, contribuir para a prorrogação do período de graça, mas não muda seu marco inicial.

IMPACTO NA PENSÃO POR MORTE

A qualidade de segurado é, em regra, um dos requisitos para a concessão de pensão por morte.

No processo, considerando a data da última contribuição e as regras aplicáveis ao período de graça, a Justiça con-

cluiu que a segurada já não possuía qualidade de segurada quando faleceu. Com isso, o pedido de pensão foi negado.

Existe, contudo, uma hipótese prevista em lei que pode preservar o direito dos dependentes: quando o segurado, antes do falecimento, já havia preenchido os requisitos para alguma aposentadoria.

O QUE O SEGURADO DEVE OBSERVAR?

A decisão reforça a importância de analisar corretamente o CNIS, a data da última contribuição, o histórico contributivo e a comprovação do desemprego.

Assim, quem deixa de trabalhar não deve considerar automaticamente que o período de graça começa após o término do seguro-desemprego. O benefício pode ter relevância para demonstrar o desemprego e eventual extensão da proteção previdenciária, mas não substitui a contribuição nem altera o início da contagem.

A análise correta dessas datas é especialmente importante em situações que envolvam pensão por morte, auxílio por incapacidade temporária, aposentadoria por incapacidade permanente e salário-maternidade.

Você gostou deste conteúdo? Para mais informações, continue acompanhando nossa coluna semanal. Tenha um excelente domingo!

PLANEJAMENTO

Paulínia modifica horizonte de Fórum Municipal e projeta cidade até 2037

Lei sancionada pelo prefeito Danilo Barros atualiza o Fórum Municipal criado em 2025, altera referência de 2035 para 2037 e mantém proposta de reunir sociedade civil para discutir problemas e políticas públicas para o futuro da cidade

Paulo Medina • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Paulínia passou a adotar o ano de 2037 como referência para as discussões de longo prazo do Fórum Municipal “O Futuro é Agora!”. A mudança foi oficializada pela Lei nº 4.771/2026, sancionada pelo prefeito Danilo Barros (PL), após aprovação da Câmara Municipal.

A nova legislação tem origem no Projeto de Lei nº 104/2026, apresentado pelo vereador Fabio Valadão, e altera a Lei Municipal nº 4.567, de maio de 2025. O principal ponto é a mudança do nome do fórum, que deixa de ser “Paulínia 2035” e passa a ser denominado “Paulínia 2037 – O Futuro é Agora!”.

Além da alteração no título, a lei modifica o horizonte considerado para a discussão de projetos e ações voltadas ao desenvolvimento do município.

O Fórum Municipal funciona no âmbito da Câmara de Paulínia e tem como objetivo reunir diferentes setores da sociedade civil para debater os principais problemas enfrentados pela cidade, além de levantar



Lei sancionada por Danilo Barros muda horizonte do Fórum de Paulínia para 2037

tar propostas para o planejamento do município nos próximos anos.

Pela nova redação, os participantes deverão discutir questões atuais e contribuir para a construção de ações e políticas públicas relacionadas, entre ou-

tros pontos, à infraestrutura urbana e às condições sociais de Paulínia, levando em consideração o cenário que o município poderá alcançar em 2037.

A proposta mantém, portanto, a essência do fórum criado no ano passado, mas

amplia em dois anos o horizonte utilizado como referência para o planejamento.

O espaço busca envolver moradores, entidades, representantes de diferentes setores e o Poder Público na identificação de desafios e na discussão de ca-

minhos para o crescimento de Paulínia.

USO DE ESPAÇOS

Em outra medida publicada pelo município, o prefeito Danilo Barros autorizou o uso temporário de espaços públicos no entor-

no do Teatro Municipal, da Avenida José Lozano Araújo e do Parque Brasil 500 para a realização do evento esportivo e cultural “Porto Saúde Track&Field Experience Running – Paulínia”.

A autorização prevê que os responsáveis pelo evento cuidem do isolamento da área, montagem das estruturas necessárias, realização da atividade e desmontagem completa após o encerramento.

Nova legislação tem origem no Projeto de Lei do vereador Fabio Valadão

Os espaços deverão ser devolvidos ao município limpos, desimpedidos e sem qualquer ônus para a Prefeitura.

Os organizadores deverão ainda garantir segurança e ordem durante a atividade, cumprir as normas sanitárias, respeitar a legislação sobre perturbação do sossego, preservar o meio ambiente e o patrimônio público e assumir a responsabilidade pela limpeza e conservação dos locais utilizados.



Nutrição além do prato

Marina Rocha Luciano

É nutricionista clínica, formada pela UNICAMP, com especialização em Nutrição Esportiva e Obesidade pela USP. Atua com foco em emagrecimento, performance esportiva e qualidade de vida, sempre com base científica e estratégias individualizadas. Em sua prática e em seus textos, defende uma nutrição consciente, sustentável e aplicável à vida real. Atende na clínica Centerclin, em Sumaré.

Creatina depois dos 40: o que ela realmente pode fazer por você?

Durante muito tempo, creatina parecia assunto de academia. Era o suplemento de quem queria levantar mais peso, ganhar massa muscular ou melhorar o desempenho no treino. Nos últimos anos, porém, ela mudou de lugar. Passou a aparecer nas conversas sobre menopausa, envelhecimento saudável, memória, saúde óssea, cérebro e até longevidade. De repente, um dos suplementos mais conhecidos do esporte começou a ser apresentado quase como item obrigatório depois dos 40.

Existe bastante ciência por trás da creatina. Mas nem tudo o que hoje se atribui a ela tem o mesmo respaldo científico.

A creatina é uma substância que nosso próprio organismo produz e que também obtemos pela alimentação, principalmente através de carnes e peixes. A maior parte fica armazenada nos músculos, onde participa de um sistema que ajuda a disponibilizar energia rapidamente para as células. É justamente por isso que seus efeitos são tão conhecidos em atividades que exigem força, potência e esforços intensos e repetidos.

Aqui entramos no terreno em que a ciência é mais sólida. A creatina monohidratada é um dos suplementos mais estudados na nutrição esportiva. Há boa evidência de que pode melhorar força e desempenho em exercícios de alta intensidade e, quando associada ao treinamento de força, favorecer ganhos de massa magra. Estudos e revisões recentes continuam sustentando esses benefícios.

Mas por que, então, estamos falando tanto dela depois dos 40?

Não porque exista uma mudança repentina no organismo no aniversário de 40 anos. O que acontece é que, à medida que envelhecemos, preservar músculo e força se torna progressivamente mais importante. E essa conversa deveria começar muito antes da velhice.

Músculo não serve apenas para definir o corpo ou levantar peso na academia. É ele que participa da nossa capacidade de levantar de uma cadeira, subir escadas, carregar compras, brincar com os filhos e, mais tarde, com os netos, praticar esportes, manter equilíbrio e preservar independência. Construir e conservar essa reserva física ao longo da vida é uma das partes importantes de envelhecer com autonomia.

Nesse cenário, a creatina pode ser uma ferramenta interessante. Em adultos mais velhos, estudos mostram benefícios principalmente quando ela aparece junto ao treinamento resistido, potencializando algumas adaptações de força e massa magra. Uma meta-análise recente voltou a encontrar benefícios dessa combinação, embora os resultados variem entre os diferentes desfechos estudados.

E existe uma palavra importante aqui: junto.

Creatina não substitui musculação. Não substitui uma ingestão adequada de proteínas. Não compensa uma alimenta-

ção insuficiente e muito menos reproduz sozinha os efeitos de um corpo que recebe estímulo para continuar forte. Ela pode melhorar a estratégia, mas não deveria receber o protagonismo daquilo que o treinamento constrói.

O assunto fica ainda mais interessante quando saímos do músculo e chegamos ao cérebro.

O cérebro também utiliza creatina em seu metabolismo energético, e há pesquisas investigando possíveis efeitos da suplementação sobre memória, atenção e velocidade de processamento. Algumas meta-análises encontraram resultados positivos, principalmente para memória e alguns aspectos da atenção e do processamento de informações. Mas a evidência aqui ainda é bem menos consistente do que aquela que temos para força e desempenho. Existem inclusive revisões chegando a conclusões mais cautelosas sobre a magnitude desses benefícios.

Portanto, dizer que a creatina pode ter efeitos interessantes sobre a cognição é compatível com o que sabemos hoje. Dizer que ela previne Alzheimer, evita demência ou funciona como uma espécie de “protetor cerebral” já é ir além da evidência disponível.

Com os ossos acontece algo parecido. A creatina passou a ser muito mencionada para mulheres na menopausa e para prevenção da perda óssea. É uma hipótese interessante e existem estudos investigando esse efeito, mas análises recentes não mostram benefício consistente sobre a densidade mineral óssea. Hoje, não podemos colocar creatina no mesmo lugar de estratégias realmente estabelecidas para prevenção e tratamento de osteopenia e osteoporose.

E esse talvez seja um bom exercício para qualquer suplemento que se torna popular: separar aquilo que já sabemos daquilo que ainda estamos tentando descobrir.

Hoje temos evidência consistente para desempenho em exercícios intensos, força e suporte às adaptações musculares, especialmente junto ao treinamento. Temos resultados promissores, mas ainda não definitivos, para algumas funções cognitivas. Para saúde óssea, prevenção de demência, emagrecimento e uma série de promessas relacionadas à “longe-

vidade”, a história ainda não permite as mesmas afirmações.

Outro mito antigo também merece ser colocado em perspectiva: o de que creatina necessariamente prejudica os rins.

Revisões recentes encontraram algo importante. A suplementação pode provocar uma pequena elevação da creatinina no exame de sangue. Como a creatinina é utilizada rotineiramente para estimar a função renal, esse resultado pode gerar preocupação. Mas essa alteração pode estar relacionada ao próprio metabolismo da creatina e não significa automaticamente que os rins estejam sendo lesionados. Quando outros parâmetros de função renal são considerados, o conjunto das evidências em pessoas saudáveis não sustenta a ideia de que o uso habitual de creatina nas doses estudadas provoque dano renal. Pessoas com doença renal ou condições clínicas específicas, evidentemente, precisam de avaliação individual.

Talvez a creatina esteja vivendo uma transformação curiosa. Durante anos, seus benefícios foram subestimados porque ela carregava a imagem de “suplemento de academia”. Agora corremos o risco contrário: atribuir a ela benefícios para praticamente tudo.

Nem uma coisa, nem outra.

A creatina monohidratada é barata, amplamente estudada e tem aplicações muito interessantes. Depois dos 40, pode fazer ainda mais sentido pensar nela dentro de uma estratégia de preservação de força, massa muscular e capacidade funcional.

Mas isso é muito diferente de transformá-la em um suplemento antienvelhecimento.

Talvez a pergunta mais importante depois dos 40 nem seja “eu deveria tomar creatina?”. Antes dela, deveriam vir outras: estou treinando força? Estou consumindo proteína suficiente? Estou me mantendo fisicamente ativo? Estou construindo hoje o corpo que quero que continue me dando autonomia daqui a vinte ou trinta anos?

Se a creatina entrar nessa estratégia, ótimo. Há ciência para sustentar seu uso.

Mas nenhum suplemento deveria receber o mérito pelo trabalho que ainda precisa ser feito pelo corpo.

ELEIÇÕES 2026

Com apenas 35 anos, Hortolândia já tem 3º maior colégio eleitoral da região

Município chega às Eleições 2026 com 164.236 eleitores aptos a votar e fica atrás apenas de Sumaré e Americana entre seis cidades da área de cobertura do *Tribuna Liberal*; mulheres são maioria e ensino médio completo predomina perfil

Paulo Medina • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Com apenas 35 anos de emancipação, Hortolândia chega às Eleições 2026 como uma das principais forças eleitorais da região. Dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) mostram que o município possui 164.236 pessoas aptas a votar, o terceiro maior colégio eleitoral das cidades da área de cobertura do *Tribuna Liberal*.

A posição ganha relevância pelo pouco tempo de existência do município. Emancipada em 1991, Hortolândia completou 35 anos em 2026 e, mesmo sendo a caçula entre as seis cidades, já possui um contingente de eleitores superior ao de municípios mais antigos da região.

No ranking, Sumaré ocupa a primeira posição, com 199.745 eleitores, seguida por Americana, com 180.962. Hortolândia aparece logo depois, com seus 164.236 votantes.

Os números colocam Hortolândia a apenas 16.726 eleitores de Americana, segunda colocada. Por outro lado, a cidade possui 74.151 eleitores a mais que Paulínia, que aparece imediatamente abaixo no levantamento.



Com 164,2 mil eleitores, Hortolândia tem forte peso nas disputas estaduais e federais

O tamanho desse eleitorado dá a Hortolândia peso importante na definição das disputas regionais e estaduais. Com mais de 164 mil votos potenciais, o município se torna uma praça estratégica para candidatos a deputado estadual, deputado federal e governador, cargos em que cada voto conquistado nas grandes cidades pode fazer diferença no resultado final.

BOLSÃO ELEITORAL

Para candidatos ao Legislativo, especialmente, Hortolândia representa um

dos maiores bolsões eleitorais da região. O município tem capacidade de concentrar votação expressiva e influenciar diretamente o desempenho de nomes com base política local ou regional nas disputas por cadeiras na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados.

Na eleição para o governo do Estado, o peso também é relevante. Por reunir o terceiro maior número de eleitores entre as seis cidades analisadas, Hortolândia passa a integrar o grupo de municípios que ajuda

a moldar o desempenho dos candidatos a governador na região.

MULHERES SÃO MAIORIA

O perfil do eleitorado hortolandense mostra predominância feminina. São 87.512 mulheres aptas a votar, correspondentes a 53,28% do total. Os homens somam 76.722 eleitores, ou 46,71%.

A diferença entre mulheres e homens chega a 10.790 pessoas. Em outras palavras, a cada 100 eleitores de Hortolândia, aproximadamente 53 são mulheres.

ENSINO MÉDIO

A escolaridade revela outra característica marcante. O maior grupo é formado por eleitores que concluíram o ensino médio. São 69.871 pessoas com ensino médio completo, equivalentes a 42,54% de todo o eleitorado de Hortolândia. Isso significa que mais de quatro em cada dez pessoas aptas a votar na cidade estão nessa faixa de escolaridade.

Na sequência aparecem 26.712 eleitores com ensino fundamental incompleto, representando

16,26% do total. Outros 23.507 possuem ensino médio incompleto, ou 14,31% do eleitorado.

O grupo com ensino superior completo reúne 17.425 pessoas, equivalente a 10,61%. Já 11.664 eleitores possuem ensino fundamental completo, ou 7,10%.

Há ainda 8.171 pessoas com ensino superior incompleto, correspondentes a 4,98%. Outros 4.991 eleitores declararam que leem e escrevem, enquanto 1.895 aparecem como analfabetos no cadastro eleitoral.

Somados, os eleitores com ensino médio completo, superior incompleto e superior completo chegam a 95.467 pessoas, cerca de 58% de todos os votantes da cidade.

A concentração de mais de 164 mil eleitores transforma Hortolândia em um território capaz de produzir votações expressivas e de contribuir de maneira relevante para o resultado regional das eleições. Essa dimensão eleitoral ajuda a explicar porque a cidade ganha cada vez mais espaço nas articulações políticas durante o período de campanha. Mesmo sendo a mais jovem entre as seis cidades, Hortolândia já ocupa posição entre os principais centros eleitorais da região.

CORRENTE DE SOLIDARIEDADE

Unacon oferece corte gratuito para doação de cabelo em Americana

Da Redação • AMERICANA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A ação do Banco de Perucas Móvel, promovida pela Unacon (Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia) de Americana em parceria com a ONG Cabelegria, terá novidades em sua segunda edição, que será realizada na próxima segunda-feira (14). Além da entrega gratuita de perucas para pacientes em tratamento contra o câncer, a iniciativa também oferecerá maquiagem simples para as pacientes que quiserem participar e corte de cabelo gratuito para pessoas que desejarem doar os fios. A iniciativa acontece das 9h às 15h, na área externa da Unacon, localizada na Rua Goiânia, nº 64, Jardim Nossa Senhora de Fátima.

Os cortes serão realizados por ordem de chegada, com atendimento garantido para quem chegar até as 14h30. Qualquer pessoa que queira doar cabelo pode participar, desde que sejam retiradas mechas com no mínimo 15 centímetros.

“A ideia é facilitar para quem quer doar o cabelo. A pessoa pode chegar, fazer a doação e sair com um novo corte. Serão cortes com finalizações simples, para conseguirmos atender



Ação terá corte grátis, doação de perucas e maquiagem para pacientes oncológicos

o maior número possível de pessoas durante a ação. O mais importante é que quem quiser doar possa participar de uma forma prática e, ao mesmo tempo, sair satisfeita com o resultado”, explicou a diretora da Cabelegria, Hanna Nogueira.

Os cabelos também podem ser levados já cortados para doação. Nesse caso, os fios devem estar limpos, secos e presos com um elástico. As mechas arrecadadas

serão destinadas à confecção de novas perucas pela ONG, ampliando o alcance da iniciativa e contribuindo para que mais pacientes possam receber o acesso durante o tratamento oncológico.

PERUCAS E MAQUIAGEM

Durante a ação, as pacientes que estiverem aptas a participar poderão experimentar diferentes modelos de perucas e escolher gratuitamente a de sua preferência, além de receber orientações sobre uso, higienização e conservação.

Para tornar a experiência ainda mais especial, a edição deste ano também contará com maquiagem simples para as pacientes. O atendimento poderá acontecer antes ou depois da escolha da peruca, de acordo com a preferência de cada uma. O objetivo é proporcionar um momento de cuidado e acolhimento, contribuindo para a autoestima e o bem-estar das mulheres que enfrentam os impactos do tratamento oncológico.

A coordenadora da Unacon, Raquel Cordeiro, destaca que a ampliação da ação reforça a proposta de oferecer um cuidado que considera também os aspectos emocionais envolvidos no tratamento.

“A ação foi pensada para proporcionar às nossas pacientes um momento de cuidado que vá além da entrega da peruca. Poder escolher um modelo com o qual se sintam bem e, para aquelas que desejarem, ter também um momento de maquiagem são pequenas iniciativas que podem contribuir para a autoestima e para a forma como cada mulher se percebe durante o tratamento. Ao mesmo tempo, oferecer o corte gratui-

to facilita a participação de quem deseja transformar o próprio cabelo em uma doação que poderá chegar a outra paciente, fortalecendo essa corrente de solidariedade”, comentou.

A segunda edição do Banco de Perucas Móvel dá continuidade à parceria iniciada no ano passado entre a Unacon e a ONG Cabelegria. A iniciativa é voltada a pacientes em tratamento contra o câncer que apresentam queda de cabelo em decorrência da quimioterapia ou de outro tratamento oncológico. Nesta edição, pacientes que já receberam uma peruca da ONG também poderão trocar o modelo.

“Essa parceria entre a Unacon e a Cabelegria mostra a importância de unirmos esforços para oferecer um cuidado cada vez mais completo aos pacientes. É um trabalho que já teve resultados reconhecidos em congressos e que demonstra, na prática, como iniciativas de acolhimento e atenção à autoestima podem fazer diferença durante o tratamento. Para nós, é uma satisfação fortalecer essa parceria e contribuir para que ela alcance cada vez mais pessoas”, pontuou o secretário de Saúde de Americana, Danilo Carvalho Oliveira.

A Unacon é administrada pelo Grupo Chavantes, em gestão compartilhada com a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Americana.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Professores de Monte Mor recebem formação da FGV para alfabetização

Capacitação reúne docentes do ensino fundamental I e integra o programa estadual Alfabetiza Juntos, com foco central em novas estratégias de leitura, escrita e recuperação das aprendizagens na rede municipal

Paulo Medina • MONTE MOR
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Professores do ensino fundamental I da rede municipal de Monte Mor participaram de uma formação promovida pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) com foco no fortalecimento da alfabetização e na recuperação da aprendizagem dos estudantes.

A capacitação foi realizada agora em setembro e integra o programa Alfabetiza Juntos, desenvolvido em regime de colaboração com o Governo do Estado de São Paulo. A proposta é ampliar o repertório dos educadores e aprimorar as

estratégias utilizadas dentro das salas de aula.

Durante os encontros, os profissionais receberam orientações voltadas à identificação das principais dificuldades apresentadas pelos alunos e ao desenvolvimento de práticas que contribuam para avanços em leitura e escrita.

A formação também aborda a chamada recomposição das aprendizagens, processo voltado a recuperar conteúdos e habilidades que ainda não foram plenamente desenvolvidos pelos estudantes ao longo da trajetória escolar.

Segundo a Prefeitura, a iniciativa busca ofere-



Professores de Monte Mor participaram de formação da FGV voltada à alfabetização

cer aos professores instrumentos para adaptar o trabalho pedagógico às necessidades de cada turma e fortalecer o acompanhamento do processo de alfabetização.

A capacitação faz parte de uma série de ações direcionadas à melhoria da qualidade do ensino municipal. A administração considera a formação continuada dos profissionais

uma das ferramentas para enfrentar dificuldades de aprendizagem e elevar o desempenho dos alunos.

O programa Alfabetiza Juntos procura apoiar as redes municipais na cons-

trução de estratégias para assegurar a alfabetização das crianças e melhorar os resultados educacionais por meio da atuação conjunta entre Estado e municípios.

ENSINO TÉCNICO

Paulínia abre inscrições para 209 vagas no Vestibulinho 2027



Inscrições são gratuitas e devem ser realizadas presencialmente nas unidades do CEMEP e ETEP

Da Redação • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Paulínia, por meio da Secretaria de Educação, abriu as inscrições para o Processo Seletivo 2027 (Vestibulinho), que oferece 209 vagas gratuitas para cursos técnicos de nível médio nas unidades CEMEP e ETEP. As inscrições acontecerão de 14 de setembro a 2 de outubro, de forma presencial.

Pelo CEMEP, os candidatos poderão concorrer às 83 vagas para o curso Técnico em Informática, junto com o Ensino Médio em período integral.

Já pelo ETEP, há duas opções de cursos, o Técnico em Química, junto com o Ensino Médio, período integral, com 63 vagas e o Técnico em Química (ETEP) que pode ser feito subsequente ao Ensino Médio, no período noturno, também com 63 vagas.

Os cursos que unem o Ensino Técnico ao Ensino Médio são destinados aos estudantes que estejam cursando o 9º ano do Ensino Fundamental em 2026. Enquanto o curso técnico subsequente é voltado para quem está cursando a 3ª série do Ensino Médio ou já concluiu essa etapa de ensino.

As inscrições são gratuitas e devem ser realizadas presencialmente em uma das unidades do Centro Municipal de Ensino Profissionalizante Osmar Passarelli Silveira (CEMEP) na Avenida Brasil, 330, Vila Bressani. De segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

E também na Escola Técnica de Paulínia (ETEP), localizada na rua Constante Pavan, 1.001, Betel. De segunda a sexta-feira, das 8h às 20h.

A prova será aplicada no domingo, 18 de outubro, às 8h30, com duração de 3h30. Os locais de aplicação serão divulgados posteriormente.

ALMANAQUE SERTANEJO

Diego Vivan
e-mail: diego.vivan@gmail.com

Curso online sobre credenciamento de imprensa oferece aula individual e certificado

Profissionais, estudantes e influenciadores que desejam entender melhor o processo de credenciamento de imprensa para eventos podem participar de um curso online promovido pela Estrategic Assessoria e Comunicação, por meio do projeto Estrategic The Power Music, comandado pelo jornalista Diego Vivan, responsável por assessorar mais de 50 eventos e credenciar pelo menos cinco mil profissionais para a cobertura de festas em diferentes estados.

A formação é voltada ao tema “Credenciamento de Imprensa” e será realizada em formato online, individual, permitindo um atendimento direcionado durante a aula. Ao final do curso o participante receberá um certificado de conclusão. O investimento para participar

é de R\$ 149,90. A proposta do curso, que irá iniciar a partir do mês de novembro, é apresentar orientações relacionadas a esse processo dentro de uma formação específica sobre o assunto.

O credenciamento de imprensa faz parte da rotina de profissionais que trabalham com comunicação, cobertura de eventos, entretenimento e produção de conteúdo, especialmente em situações em que é necessário solicitar acesso para realização de entrevistas, registros fotográficos ou produção de matérias.

“Todo os anos podem repetir os mesmos eventos, que repetem os mesmos problemas. Quem pode solicitar o credenciamento? O influenciador também pode solicitar? Profissionais com dificuldades em preencher um simples formu-

lário de solicitação de credenciamento, com dificuldades em entender sobre atendimento de camarim - e muitos despreparados quando tem a oportunidade - sobre os acessos aos eventos, regras de cada festa e muitas outras situações que ao longo de 15 anos tenho vivido. Foi então que resolvi reunir tudo isso em um curso”, comenta Diego Vivan.

As inscrições e informações sobre o curso podem ser solicitadas diretamente com Diego Vivan pelo WhatsApp (19) 9 9218 8645.

DIEGO VIVAN

Diego Vivan é jornalista, formado pela Faculdade Hoyer, escritor, autor do livro “Sobrevivendo à Lei Pelé: Um olhar sobre a trajetória do Guarani Futebol Clube”. É proprietário da Estrategic Assessoria e Comunicação e atua como assessor de imprensa e comunicação há 15 anos. Trabalhou na assessoria de imprensa e divulgação de grandes eventos como a Festa do Peão de Hortolândia, Serra Negra Rodeo Festival, Artur Nogueira Rodeo Festival, Sumaré Arena Music, Festa do Peão de Boiadeiro de Cajamar, EAPIC (Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial de São João da Boa Vista), FAICI, Festa do Peão de Boia-



deiro de Itaquaquecetuba, Festa do Peão de Boiadeiro de Piracicaba, Festa do Peão de Boiadeiro de Bragança Paulista, Festa do Peão de Boiadeiro de Itapeverica da Serra, Vidotti Eventos, Oceania Eventos, além de diversos outros shows e eventos.

Já trabalhou com artistas como Trio Bravana, Villa Bagga, Frank Aguiar, Maurício & Mauri, Otávio & Raphael, Mariana & Mateus e Guilherme & Benuto. Atualmente assessora as duplas Dany & Diego e Anie-Rafa, as cantoras Rafaela Carrer, Sofia Brasil e Elis Justi, além dos cantores Vini Drumond e Felipe Nogueira, da RedFox e do escritório Viola Brasil Produções Artísticas. Foi revisor e redator da Revista Sertanejo Vip, além do blog Bola & Viola, do Globo Esporte. É proprietário do Almanaque Sertanejo (www.almanaguesertanejo.com.br), considerado um dos principais blogs do gênero, e escreve semanalmente uma coluna que leva o mesmo nome do seu blog no jornal **Tribuna Liberal**, da cidade de Sumaré/SP, do Comunicação Jornal, da cidade de Monte Mor, e da Folha de Americana, da cidade de Americana/SP. Também é editor e CEO da Revista Digital Almanaque Sertanejo, uma das maiores publicações do gênero no país.

PRODUTORA DE HORTOLÂNDIA

Roteiro vence CristaLab 2026 e ganha projeção no cinema independente

Dirigido por Danilo Pessôa, documentário “Pássaro de Chão” acompanha trajetória do artista Felipe Damasso, que vive com Neuromielite Óptica, e adota o “Cinema Cego” para transformar corpo, som e performance em linguagem audiovisual viva

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O roteiro inédito do curta-metragem documental “Pássaro de Chão”, da produtora de Hortolândia Jordana Produções sobre o artista guarulhense Felipe Damasso, foi o grande vencedor do CristaLab 2026, do Festival Internacional de Cinema de Marília. O laboratório, um dos mais importantes do cinema independente paulista, contou também com mentoria de roteiro, direção, produção e pitching.

Dirigido por Danilo Pessôa, que também assina o roteiro ao lado de Felipe Damasso, “Pássaro de Chão” é um mergulho sensorial na vida e na transmutação de Felipe, cuja trajetória é marcada pelo diagnóstico de Neuromielite Óptica (NMO). Esta condição autoimune rara, que ataca o sistema nervoso central, impôs ao ar-



Projeto busca leis de incentivo para viabilizar a produção e ampliar o alcance do filme

tista um ciclo de violência biológica: a perda definitiva da visão e dois episódios distintos de paraplegia. O filme cruza a realidade crua da doença com a

metáfora do Pássaro Akin, uma figura ancestral enraizada na terra após perder suas asas. Recusando o registro clínico, a obra utiliza o dispositivo do “Cine-



FOTOS: DIVULGAÇÃO

ma Cego” e da performance para transformar o corpo e o som na própria linguagem do filme.

“A vitória no Cristalab chancela a importância

da narrativa que estamos construindo. ‘Pássaro de Chão’ desloca o olhar tradicional sobre a deficiência visual para o campo da performance e do próprio

fazer cinematográfico. E esse prêmio mostra a força do cinema que está sendo feito no interior paulista”, pontua o diretor Danilo Pessôa.

Para Felipe Damasso, contar sua história por meio do audiovisual é uma oportunidade de ressignificar os sentidos e pautar a sua autonomia artística. “Contar a minha história é falar sobre como a gente pode ressignificar a nossa existência no mundo. A perda da visão e os episódios de paraplegia não me fizeram menos artista. Ao contrário, estou reencontrando cada vez mais uma potência criativa e me reencontrando por meio da arte”, comentou Damasso.

Atualmente em fase de desenvolvimento e desenho de produção, o objetivo agora, após a vitória, é inscrever o projeto em leis de incentivo fiscal voltadas para a cultura, fortalecendo a descentralização da produção audiovisual paulista.



Curiosidades sobre o Direito

Johnny William Bradley

é advogado especialista em responsabilidade patrimonial e execução judicial
E mail: johnny.bradley@hotmail.com
End.: Av. Luís Frutuoso, nº 340, Vila Santana, Sumaré/SP

STF enfrenta sua mais grave crise interna e vê sua credibilidade colocada à prova

O Supremo Tribunal Federal atravessa uma das mais graves crises institucionais de sua história recente. O que começou com as investigações envolvendo o Banco Master, o ex-banqueiro Daniel Vercaro e suas relações com autoridades públicas ganhou proporções muito maiores nas últimas semanas e passou a envolver diretamente ministros da própria Corte, a Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República.

O episódio mais recente trouxe à tona informações que ampliaram ainda mais o desgaste. Relatório da Polícia Federal aponta possíveis vínculos financeiros e pessoais entre Vercaro e o ministro Dias Toffoli, incluindo movimentações relacionadas a um fundo de investimento ligado a um resort no Paraná, além de encontros entre o ministro e o empresário. O documento, contudo, ressalva que os elementos identificados ainda exigem aprofundamento e **não permitem, neste momento, conclusões definitivas sobre eventual prática ilícita.**

A situação de Toffoli ganhou ainda mais relevância porque o ministro havia sido responsável pela relatoria de processos relacionados ao Banco Master. Diante das circunstâncias, deixou a condução do caso, que posteriormente passou ao ministro André Mendonça. O afastamento da relatoria, por si só, não representa reconhecimento de irregularidade, mas contribuiu para ampliar os questionamentos sobre a necessidade de estabelecer critérios mais rigorosos para situações em que integrantes da Corte possam ter algum tipo de relação com pessoas ou empresas diretamente interessadas em decisões judiciais.

O caso, entretanto, atingiu seu ponto mais explosivo quando vieram a público mensagens trocadas entre Daniel Vercaro e o ministro Alexandre de Moraes. O conteúdo passou a ser analisado pela Polícia Federal e pelo ministro André Mendonça, relator de parte das investigações. A divulgação dessas informações provocou uma reação em cadeia dentro do próprio Supremo.

Moraes, por sua vez, reagiu solicitando a investigação de Mendonça por suposto abuso de autoridade. O episódio transformou uma investigação envolvendo um empresário e uma instituição financeira em uma disputa aberta entre integrantes da mais alta Corte do país.

A crise se agravou quando Mendonça determinou o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. A medida foi posteriormente suspensa em decisões envolvendo o ministro Flávio Dino e, depois, pelo presidente do STF, Edson Fachin, que decidiu manter Rodrigues no comando da corporação. A sucessão de decisões conflitantes expôs uma situação incomum: **ministros do mesmo tribunal passaram a tomar decisões com efeitos diretamente contrapostos dentro de uma mesma crise institucional.**

Diante do impasse, Fachin assumiu uma postura mais incisiva. O presidente do STF retirou Moraes da relatoria do chamado inquérito das fake news, suspendeu as decisões conflitantes envolvendo o comando da Polícia Federal e determinou que eventuais novas investigações contra ministros da Corte sejam submetidas previamente à Presidência do Supremo. Fachin justificou a intervenção pela necessidade de impedir sobreposições processuais e preservar a ordem institucional.

A medida revela a dimensão do problema. **Não se trata mais apenas de saber o que ocorreu nas relações entre Vercaro e determinados ministros. O próprio funcionamento institucional do Supremo passou a estar no centro do debate.**

A divulgação de documentos relacionados ao caso também aumentou a pressão por transparência. Mendonça, atendendo a uma solicitação de Fachin, retirou o sigilo de 15 procedimentos relacionados ao caso Master. Entre eles estão investigações sobre contratos envolvendo Moraes, supostos vazamentos de informações do Banco Central, grupos suspeitos de atuação digital e a contratação de influenciadores para promover Vercaro.

Ao mesmo tempo, permanecem sob sigilo determinadas investigações envolvendo políticos e o financiamento do filme Dark Horse, produção relacionada ao ex-presidente Jair Bolsonaro. O episódio também passou a produzir consequências no ambiente político, especialmente porque o senador Flávio Bolsonaro entrou no radar das investigações relacionadas a recursos supostamente destinados ao projeto cinematográfico.

É justamente essa multiplicidade de personagens que torna o episódio particularmente sensível. O caso reúne banqueiros investigados, ministros do Supremo, integrantes da Polícia Federal, políticos de diferentes grupos e decisões judiciais que passaram a produzir efeitos sobre os próprios protagonistas da crise.

Mais grave ainda é o efeito produzido sobre a percepção pública. O Supremo Tribunal Federal exerce papel central na preservação da Constituição e na definição dos limites entre os Poderes. Por isso, **qualquer suspeita envolvendo a imparcialidade de seus integrantes possui impacto que ultrapassa a esfera pessoal dos ministros e alcança diretamente a confiança da sociedade nas instituições.**

É importante, porém, separar investigação de condenação. A existência de mensagens, encontros, relações empresariais ou movimentações financeiras que estejam sendo examinadas pelas autoridades não significa, automaticamente, que tenha ocorrido crime ou infração funcional. Cabe às instituições competentes apurar os fatos, assegurar o contraditório e estabelecer, com base em provas, se houve ou não alguma irregularidade.

O problema institucional nasce justamente da necessidade de garantir que es-

sa apuração seja percebida como **independente, transparente e imparcial.** Quando um ministro investiga outro ministro, enquanto diferentes integrantes da Corte adotam posições divergentes sobre a mesma investigação, aumenta o risco de que a sociedade enxergue o conflito como uma disputa interna de poder, e não apenas como um procedimento jurídico.

O próprio Fachin reconheceu a gravidade do momento ao intervir para evitar novas decisões contraditórias. A Presidência do Supremo convocou o plenário para **15 de setembro**, quando os ministros deverão analisar o relatório relacionado a Moraes e os questionamentos apresentados pela Procuradoria-Geral da República.

A sessão promete ser uma das mais importantes dos últimos anos. Mais do que decidir o destino de uma investigação específica, o Supremo terá diante de si a oportunidade de estabelecer limites para a atuação de seus próprios ministros, definir como devem ser conduzidas investigações que envolvam integrantes da Corte e, sobretudo, demonstrar que **a autoridade de um tribunal constitucional não pode depender da ausência de fiscalização sobre seus próprios membros.**

O Brasil já atravessou diversas crises políticas, econômicas e institucionais. Mas há uma diferença essencial quando a crise atinge diretamente a Suprema Corte: **o tribunal que deve funcionar como árbitro dos conflitos passa, ele próprio, a ser parte do conflito.**

É por isso que o episódio do Banco Master não deve ser analisado apenas sob a ótica das acusações que envolvem este ou aquele ministro. O verdadeiro teste será institucional. **Se houver irregularidades, elas precisam ser investigadas. Se não houver, precisam ser esclarecidas. E, em qualquer dos casos, a sociedade precisa ter condições de confiar que as decisões foram tomadas exclusivamente à luz da lei e das provas.**

No fim, a maior preocupação não deveria ser com qual grupo de ministros prevalecerá no embate interno. A questão fundamental é outra: **quem fiscaliza aqueles que têm a responsabilidade de fiscalizar os demais?**

A resposta a essa pergunta poderá determinar não apenas os próximos capítulos da crise do STF, mas também o tamanho do impacto que ela terá sobre a confiança dos brasileiros no Judiciário e nas próprias instituições democráticas.

O crescimento populacional de Sumaré

AUTOR DO TEXTO



Júlio José Campigli

Cronista e
Diretor da Pró-Memória

1 – LOTEAMENTOS

Sumaré sofreu com indiscriminada aprovação de loteamentos, pois além dos iniciais, tivemos outros, notadamente no início dos anos de 1980. Em 1981 foram aprovados 22 novos loteamentos, em 1982 cerca de 24 e em 1983 cerca de 08. Somente neste período tivemos cerca de 54 novos loteamentos, que inicialmente não possuíam a infraestrutura básica necessária, como água, esgoto, energia elétrica nas ruas, guias, sarjetas e asfalto.

Apesar destes inconvenientes, os preços dos lotes eram acessíveis para que as pessoas, nestes novos loteamentos, comprassem, o que fez, futuramente, com que o poder público municipal, muitas vezes assessorado pelo poder público estadual tivessem de correr para dar condições aos adquirentes destes lotes, nestes novos loteamentos.

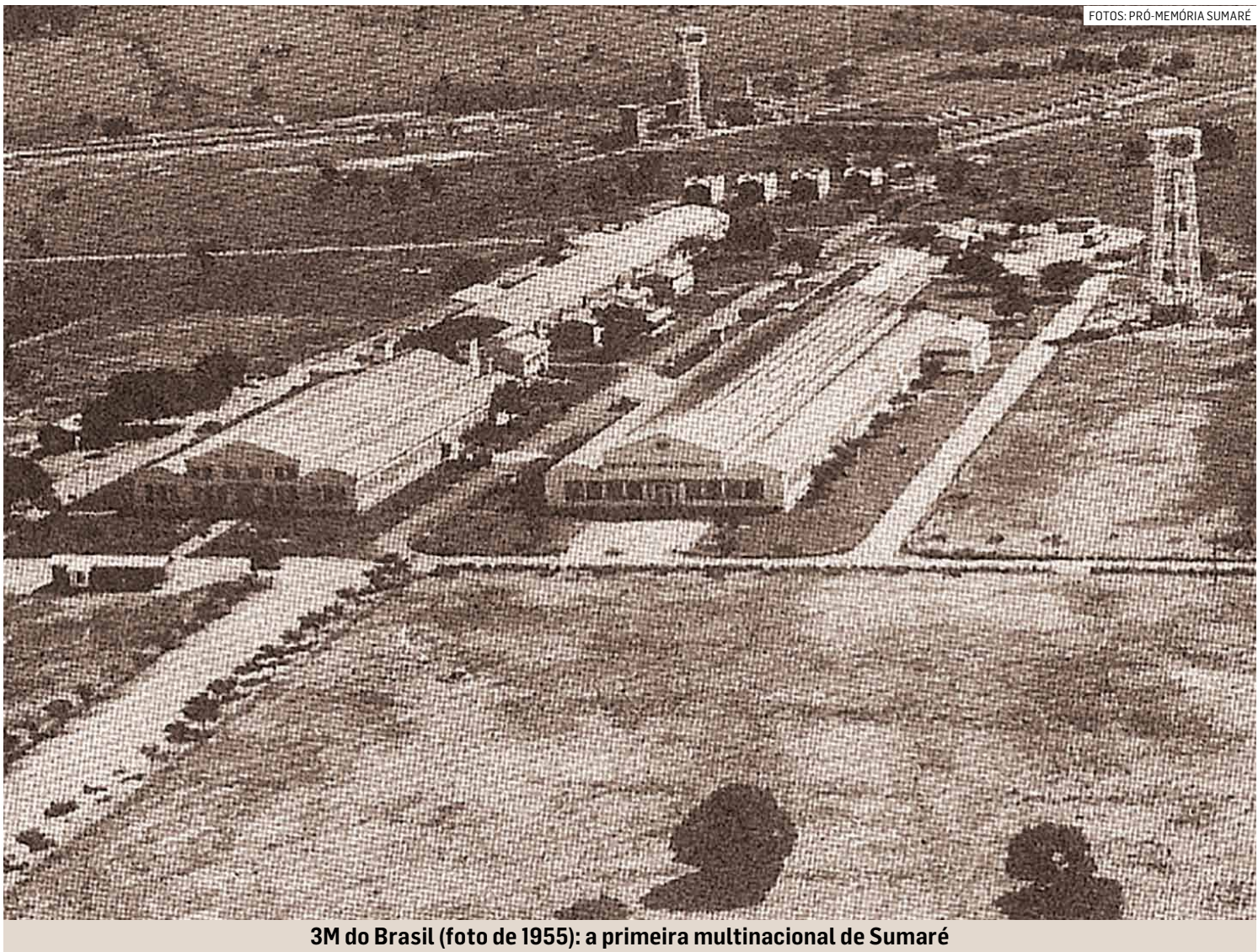
Grande parte destes loteamentos ocorreram em áreas ao longo do eixo da Rodovia Anhanguera, o que acarretou esforços para saneamento dos problemas causados, embora a partir de 1984, a municipalidade estabeleceu que nenhum loteamento fosse aprovado se não tivesse a infraestrutura básica.

Deve-se notar o ocorrido na atual ÁREA CURA (Comunidade Urbana de Reurbanização Acelerada), em vários loteamentos, como Jardim São Francisco, Parque das Nações, Jardim Denadai, Jardim Bom Retiro, Parque Bandeirantes I e II, Jardim São Judas.

Nestes loteamentos ocorreram grande procura por compras, iniciando grande urbanização. O poder público municipal com ajuda do Governo estadual, durante a gestão do Governador Franco Montoro (1983 a 1987) estabeleceu o Projeto chamado ÁREA CURA, onde foram realizadas as obras de infraestrutura que a população exigia. Assim, nesta região foram construídas: UPA e sete escolas da rede estadual: Jardim São Francisco (EE. Profa. Cecília de Negri), Parque das Nações (EE. Profa. Maria Cheila Alves), Jardim Denadai (EE. Profa. Maria Ivone Martins Rosa), Jardim Bom Retiro (EE. Profa. Jeny Bonadia Rodrigues Santarossa), Parque Bandeirantes I (EE. Prefeito José Miranda), Parque Bandeirantes II (EE. Profa.

ENTRE OS ANOS DE 1970/1980/1990 – CAUSAS

Sumaré, durante as décadas de 1970, 1980 e 1990 teve um crescimento populacional enorme. Foram 03 as grandes causas que proporcionaram este crescimento: 1 – Loteamentos 2 – Grande industrialização 3 – Efeitos climáticos



Wanda Felix de Andrade), Jardim São Judas (EE. Prof. Luís Henrique Marchi).

Além da ÁREA CURA também foram construídas as obras de infraestrutura básica em outros bairros onde a procura por lotes foi também intensa, tais como: UPA e escolas no Jardim Maria Antônia (EE. Profa. Maria de Lourdes Martins), Parque Florely (EE. Profa. Marianina de Rosis Moraes), Vila San Martin (EE. Manuel Albalejo Fernandes).

Nestes loteamentos, ocorreu grande desenvolvimento não só residencial, mas também comercial, de serviços, bancos, supermercados, com destaque para a Avenida Emílio Bosco, no Bairro Matão, para a Rua José Vedovato, no Jardim Bom Retiro, como também em outros diversos bairros com desenvolvimento da parte comercial, de serviços, grandes supermercados e até bancos.

2 – INDUSTRIALIZAÇÃO

Sumaré também recebeu a instalação de grandes indústrias, além da 3M que já havia se instalado em 1946. Depois disso ocorreram novas instalações in-

dustriais, tais como: Janssen Farmacêutica (Johnson & Johnson), Pirelli, Tratores do Brasil, HONDA, IBM do Brasil, Braseixos, SOMA, Eletrometal e muitas empresas químicas, de confecções, de tecelagem.

Estas empresas passaram a fornecer empregos para milhares de pessoas. Muitas empresas recrutavam os interessados, os qualificavam para trabalhar em seus setores de serviços e produção.

3 – EFEITOS CLIMÁTICOS

Podemos citar dois grandes efeitos climáticos que muito contribuíram para que houvesse, o que a Geografia chama de MIGRAÇÃO INTERNA, isto é, deslocamento de pessoas de outras áreas e estados brasileiros para outros estados e cidades, notadamente para Sumaré, à procura de trabalho.

Destacaremos 02 grandes EFEITOS CLIMÁTICOS:

3-1 – GEADA NEGRA: Ocorreu em 18 de julho de 1975 quando uma intensa e imensa massa de ar fria polar com temperaturas de 4º a 5ºC abaixo de zero grau assolou o norte do Estado do Para-

ná, sul de Mato Grosso do Sul e todo o oeste paulista, notadamente as regiões da Alta Sorocabana, Alta Paulista, Alta Noroeste e Alta Araraquarense. Como na época não havia celulares, nem Sistema de Defesa Civil, esta massa de ar fria polar com suas temperaturas de 4º a 5º graus negativos, pegou os agricultores desprevenidos atingindo regiões grandes produtoras de hortaliças e plantações de café, notadamente as áreas cafezeiras supracitadas, causando a ‘queima’ de mais de um bilhão de pés de café, fazendo secar os cafeeiros até a raiz, sendo que muitos agricultores tiveram de arrancar os pés de café até a raiz.

Esta geada atingiu todas as áreas desde o fundo de vales até os espigões (parte altas do relevo). Nesta época muitas fazendas de café possuíam as “colônias”, que eram um conjunto de casas dentro da propriedade rural onde residiam as famílias que trabalhavam no cultivo do café. Assim, as “colônias” foram desativadas e imensa quantidade de trabalhadores rurais realizaram o que a Geografia chama de ÊXODO RURAL, onde os trabalhado-

res foram morar nas cidades (em algumas surgiram favelas), e daí muitos realizaram a MIGRAÇÃO INTERNA mudando para regiões onde havia grande possibilidade de emprego, tais como, as cidades do Grande São Paulo (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema), como também para a região de Campinas e notadamente para Sumaré.

3-2- GRANDE SECA NO NORDESTE BRASILEIRO (SERTÃO NORDESTINO) DE 1979 a 1984: Esta é considerada a maior seca ocorrida no Sertão Nordeste onde os rios e açudes secaram. O gado bovino e caprino que os pequenos e médios agricultores tinham, em grande parte morreu de fome e sede. O gado passou a ser alimentado através de plantas cactáceas, onde os nordestinos cortavam fora os espinhos e davam as palmas cactáceas para alimentar o gado, mas, mesmo assim, ocorreram muitas mortes dos animais. Também foi noticiado a morte de pessoas idosas e crianças. Assim, centenas e milhares de nordestinos venderam suas propriedades e inicialmente foram para

as cidades litorâneas, depois ocorreu a Migração em massa para outros estados e cidades.

Sumaré foi o ponto de chegada para muitas famílias de nordestinos que aqui vieram à procura de trabalho, vivência e acabaram por formar famílias sumareenses.

Deste modo, Sumaré, devido à grande industrialização, presença de lotes com preços acessíveis e com facilidade de emprego tornou-se referência para a vinda de grande número de famílias. Muitos bairros de Sumaré, ao longo da Anhanguera possuem muitas famílias de paranaenses e nordestinas como resultado destes efeitos climáticos.

Esta grande chegada de pessoas para Sumaré é observada através dos censos demográficos realizados pelo IBGE. Assim, o censo de 1970 acusou para Sumaré a população de 23.074 habitantes. O censo de 1980 acusou 101.834 habitantes, proporcionando um crescimento de 341%. Já o censo de 1991 acusou a população sumareense de 226.225 habitantes, com crescimento de 122%

Em 1991 ocorreu a emancipação político administrativa de Hortolândia, quando deixou de ser Distrito de Sumaré.

Atualmente, segundo dados estatísticos do IBGE, Sumaré tinha em 2025 cerca de 291.116 habitantes e em 2026 estima-se que Sumaré tenha 292.307 habitantes, com um aumento de 1.191 habitantes, que representa um crescimento de 0,41%.

Ao longo dos censos a quantidade de número de filhos por mulher em idade reprodutiva vem diminuindo.

Portanto o crescimento populacional diminuiu bastante e segundo os estudos de demografia, a tendência é estabilizar a população a partir de 2030, pois atualmente maior força de trabalho é feminina (cerca de 52%) tanto no Brasil como em Sumaré e observa-se, nos dias atuais, a diminuição de **filhos por mulher em idade reprodutiva**, que estatisticamente é de 1,2 filhos. 1960= 6,28 1970= 5,76 1980= 4,35 1990= 2,85 2000= 2,38 2010= 2,87 2020= 1,53 atualmente= 1,2 filho.

Por mulheres em idade reprodutiva pela côr (através dos censos)

Indígena= 2,8 parda= 1,7 preta= 1,6 branca= 1,4 amarela= 1,2 filho

Por religião: Evangélica= 1,7 católica= 1,5 sem religião= 1,4 matriz africana= 1,2 Espírita= 1,0 filho.

Bibliografia:
- Toledo, Francisco Antonio- UMA HISTÓRIA DE SUMARÉ- DE SESMARIA À INDÚSTRIA- Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP- São Paulo- 1995
- Acervo da Associação PRÓ-MEMÓRIA de Sumaré.

RUA 7 DE SETEMBRO NA DÉCADA DE 1940



Fotografia de Rua 7 de Setembro, provavelmente da década de 1940, quando ainda não tinha calçamento. Em 1968 essa via passou a ser chamada de Avenida, com asfalto substituindo o piso de paralelepípedos. Esse melhoramento foi feito pelo Prefeito João Smânio Franceschini (de 1967 a 1969).

FAMÍLIA LAURINDO CAETANO DE ANDRADE



Laurindo Caetano de Andrade, apelidado de Lalau Caetano, foi um renomado fazendeiro de Monte Mor. Já com alguma idade saiu de sua fazenda e veio residir em Sumaré, na Praça da República. Alguns de seus filhos seguiram seu caminho, por casamento ou escolha própria, também residindo em nossa cidade. Nesta foto vemos Laurindo com sua esposa Fausta Pannagio de Andrade e seus filhos.

RAFIC FARKOUH

Rafic Farkouh, mostrado nesta foto, era um dos proprietários da empresa **TEXCOLOR**, localizada à margem da Rodovia Júlio de Vasconcellos (início da ligação do centro da cidade com a Rodovia Anhanguera).

Com o filho **AREF FARKOUH**, a Texcolor se tornou uma das maiores empresas do segmento têxtil do município.



CINE SÃO JOSÉ



Registro fotográfico do Cine São José, localizado na Rua Antônio do Valle Mello, entre a Praça da República e a Rua Ipiranga. Inaugurado em 1953, esse cinema foi uma das principais atrações dos sumareenses por mais de quatro décadas.

LEANDRO FRANCESCHINI

Fotografia do famoso médico Leandro Franceschini, que tinha um consultório na Rua 7 de Setembro, na primeira quadra de quem sobe, à direita. Além de renomado médico de Sumaré e região, Leandro foi o segundo Prefeito do Município (1959 a 1962). Foi homenageado em várias oportunidades, dentre elas com a denominação do Colégio Comercial de Sumaré e do Hospital Estadual.



NEUSA E JASMIDE



Neusa Cia e Jasmide Cia eram filhos do casal João Cia e Zaira Squarizzi Cia. Nesta foto eles aparecem na solenidade de primeira comunhão na Igreja Matriz de Sant'Ana. A família de João Cia residia na Rua Antônio Jorge Chebabi, na quadra entre a Rua Ipiranga e Praça da República.

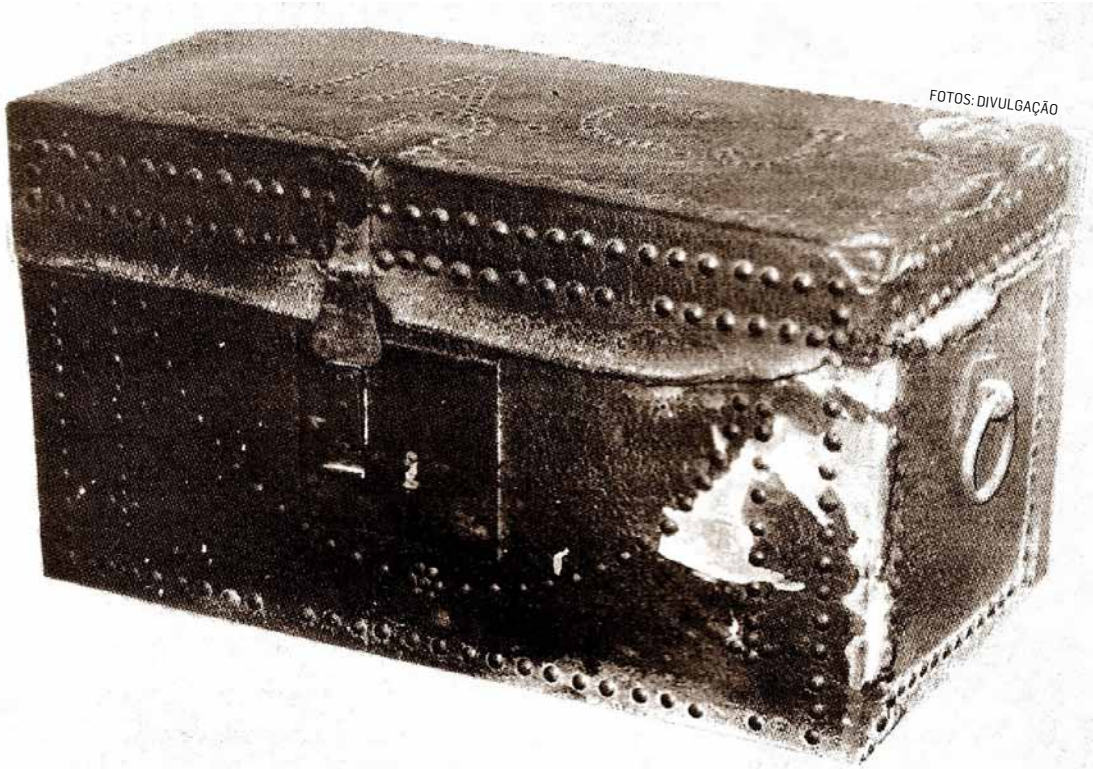
AUTOR DO TEXTO



Nelson de Luccas

Professor de História e Cronista

Tropas, tropeiros e o transporte de mercadorias



Baú do Capitão João de Aguirra

Nos tempos coloniais do Brasil, sobretudo a partir do século XVIII com o auge da mineração, as tropas de muares tornaram-se fundamentais para o transporte de mercadorias e para a integração econômica do território. O tamanho dessas tropas variava bastante conforme a função e o trajeto, indo de 20 até mais de 300 animais. Havia uma clara distinção entre dois tipos principais de organização. As tropas de mercadorias, voltadas ao abastecimento e escoamento, eram menores, compostas geralmente por 20 a 50 mulas, subdivididas em réguas de 7 a 8 animais, cada uma conduzida por um tocador, geralmente escravo e por vezes empregado livre, que seguia a pé. O comando geral fi-

cava a cargo do arrieiro, montado, dono da tropa e responsável por ditar o ritmo da viagem. Já as tropas de comércio, conhecidas como grandes tropeadas, vinham do Sul em direção às feiras do Sudeste, como a de Sorocaba, e

eram muito maiores, frequentemente entre 100 e 300 mulas, com registros oficiais indicando médias de 220 a 260 animais por comboio. A estrutura visual dessas tropas seguia um padrão rígido: à frente ia a madrinha, uma mula

ou égua com um cinorro, também chamado de sineta ou chocalho, no pescoço, cujo som guiava o restante da tropa; na retaguarda seguia a culatreira, carregando utensílios de cozinha e mantimentos dos tropeiros. Estima-

-se que, no auge desse ciclo econômico, entre 12 mil e 20 mil muares cruzavam anualmente as rotas coloniais rumo ao Sudeste, sustentando a economia nacional até a chegada das ferrovias.

As trilhas ou picadas por onde passavam os animais eram estreitas o que permitia a passagem de uma mula por vez. Quando duas tropas se encontravam era preciso que uma esperasse a outra passar o que muitas vezes era motivo de brigas entre os responsáveis. As tropas que passavam por nossa região, geralmente eram compostas por número entre vinte e cinquenta animais. Acompanhando a tropa sempre estavam alguns profissionais para dar suporte e manter tudo funcionando muito bem. O ferreiro mestre das ferraduras que cuidava dos cascos dos animais; o jacaleiro ou cesteiro que confeccionava as cestas, balaies e jacás, o funileiro que era responsável pelas canecas, caldeirões e tachos, de ferro ou de cobre; o cangalheiro, responsável pelas cangalhas entre outros,

As caminhadas eram de 20 a 25 quilômetros entre uma e outra parada, os pousos, onde animais e homens descansavam. O dia de serviço começava

bem cedo, por volta das três horas da madrugada sem ter hora definida para parar.

Cada animal carregava cerca de cento e cinquenta quilos ou um pouco menos, dependendo das dificuldades das trilhas. Os mantimentos eram transportados em diversos tipos de peças: os líquidos eram acondicionados em buacas feitas de couro de boi; as barricas de madeira serviam para a farinha de trigo, óleo de baleia, aguardente, azeite, bacalhau; já os cereais e alguns outros alimentos iam nas canastras de madeira revestidas em couro de boi; as malas levavam tecidos; o açúcar ia em caixas de madeira e os balaies e jacás feitos com bambu, levavam outros vários produtos.

As tropas e os tropeiros foram fundamentais para a integração, a interiorização e a formação cultural do Brasil entre os séculos XVII e início do século XX.

Foto ilustrativa: Arca ou baú que pertenceu ao Capitão João de Aguirra Camargo, um dos fundadores do núcleo inicial da cidade de Monte Mor. Capitão João era tropeiro e dono de tropas e essa arca era usada para transporte de algum tipo de mercadoria. Essa peça encontra-se no Museu Municipal Elisabeth Aytai de Monte Mor.

FAMÍLIA BOHME



Esta fotografia mostra a tradicional família Bohme de Monte Mor. O sobrenome, de origem germânica, vem da região histórica da Boêmia (hoje parte integrante da República Tcheca) e que significa “aquele que é da Boêmia”. Na foto aparecem: 1. Laudelina Bohme, 2. Genny Bohme, 3. Tereza de Jesus Leite Guedes, 4. Waldomiro Bohme, 5. Francisco de Paula Bohme, 6. Maria Mendes Bohme, 7. Gildo Bohme e 8. João Bohme.

MESSIAS GONÇALVES TEIXEIRA



Messias Gonçalves nasceu em Monte Mor em 27 de março de 1905 e era filho de Luciano Gonçalves Teixeira e de Francisca Maria Pimentel de Camargo. Messias foi comerciante de animais, proprietário de terras e político, chegando a ser candidato a prefeito da cidade, embora não tenha sido eleito. Era proprietário de boa parte do terreno onde hoje está o Bairro Jardim Bom Jesus, centro da cidade. Messias foi casado com Zenaide de Oliveira Gonçalves. Faleceu em 09 de abril de 1982, aos 77 anos e está sepultado no Cemitério Municipal de Monte Mor. Hoje, em sua homenagem, temos a rua Messias Gonçalves Teixeira, no Bairro Quinhões da Boa Esperança.

FRANCISCO DUARTE



Francisco Duarte nasceu em Monte Mor no dia 19 de maio de 1941 e era filho de Antônio Benedicto Duarte e de Paulina de Moraes Duarte. Passou toda sua vida em sua cidade natal e fez seus estudos primários no Grupo Escolar Coronel Domingos Ferreira quando se destacou como um dos melhores alunos da escola durante aqueles anos. Muito inteligente e dedicado tornou-se, posteriormente, um ótimo mecânico de automóveis. Faleceu em 17 de agosto de 1990 aos 49 anos.

EGAS CARLOS MURO



Egas Carlos Muro nasceu em 1º de setembro de 1931, filho de Victor Abrantes Muro e Ida Paccini. Em 6 de maio de 1956, uniu-se em matrimônio com Odila Sproesser, filha de João de Deus Sproesser e Estephania de Aguirre. O casal construiu sua vida em Monte Mor, onde permaneceu por muitos anos, deixando como herança um exemplo de honestidade, honradez e valores sólidos que marcaram sua trajetória e inspiraram gerações. Egas faleceu em 22 de abril de 2011 e foi sepultado no Cemitério Municipal de Monte Mor.